

DA OCUPAÇÃO À FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA SÃO PEDRO
EM CASTANHAL: UMA BREVE VERSÃO A PARTIR DE FONTES ORAIS

FROM THE OCCUPATION TO THE FORMATION OF THE SÃO PEDRO
QUILOMBOLA TERRITORY IN CASTANHAL: A BRIEF VERSION BASED ON
ORAL SOURCES

DE LA OCUPACIÓN A LA FORMACIÓN DEL TERRITORIO QUILOMBOLA
SÃO PEDRO EN CASTANHAL: UNA BREVE VERSIÓN BASADA EN FUENTES
ORALES

Alef Monteiro¹

3

Resumo

O artigo sintetiza parte de uma pesquisa de mestrado realizada junto à Comunidade Quilombola São Pedro, localizada na zona rural do município de Castanhal, Pará, Brasil. O objetivo é redigir uma breve versão da formação do Território Quilombola desde a ocupação empreendida pelos primeiros moradores negros à disposição territorial atualmente demarcada e reconhecida pelo Estado brasileiro. O método utilizado foi a realização de entrevistas semiestruturadas com nove pessoas cujas idades variaram entre 46 e 98 anos e que declararam carregar na memória versões das origens da comunidade. O resultado consiste em uma possibilidade narrativa que organiza saberes contextualizados e interessados sobre um determinado momento do passado e que abrange a formação dos antigos sítios de negros do Inhangapi até a unificação de seis deles no atual território quilombola de São Pedro.

Palavras-chave: História Oral. Quilombos. Amazônia Paraense. Rio Inhangapi.

Abstract

The paper summarizes part of a master's research carried out with the São Pedro Quilombola Community, located in the rural area of the municipality of Castanhal, Pará, Brazil. The objective is to write a brief version of the formation of the Quilombola Territory from the occupation undertaken by the first black residents to the territorial disposition currently demarcated and recognized by the Brazilian State. The method used was to carry out semi-structured interviews with nine people whose ages ranged between 46 and 98 years old and who declared to have versions of the origins of the community in their memory. The result consists in a narrative that possibility the organization of contextual and interested knowledge about a certain moment in the past, and that covers the formation of the old black sites of Inhangapi until the unification of six of them in the current quilombola territory of São Pedro.

Keywords: Oral History. Quilombos. Paraense Amazon. Inhangapi River.

Resumen

El artículo sintetiza parte de una investigación de maestría realizada en la Comunidad Quilombola São Pedro, ubicada en la zona rural del municipio de Castanhal, Pará, Brasil. El objetivo es escribir una breve versión de la formación del Territorio Quilombola desde la ocupación emprendida por los primeros moradores negros hasta la disposición territorial actualmente demarcada y reconocida por el Estado brasileño. El método utilizado fue la realización de entrevistas semiestructuradas con nueve personas cuyas edades oscilaron entre 46 y 98 años y que declararon llevar en la memoria versiones sobre los orígenes de la comunidad. El resultado consiste en una posibilidad narrativa que organiza conocimientos contextualizados e interesados sobre un

¹ Sociólogo e antropólogo, doutorando em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: alefmonteiro1@gmail.com

Da ocupação à formação do território quilombola São Pedro em Castanhal: Uma breve versão a partir de fontes orais

determinado momento del pasado y que abarca la formación de los antiguos sitios de negros del Inhangapi hasta la unificación de seis de ellos en el actual territorio quilombola de São Pedro.

Palabras clave: Historia Oral. Quilombos. Amazonía Paraense. Río Inhangapi.

INTRODUÇÃO

Em toda a extensão do Rio Guamá, indo desde a sua desembocadura, no município de Belém, até sua nascente, a aproximadamente 700 km a montante, na Serra dos Coroados, existem mais de 40 comunidades quilombolas às margens do leito dos braços de rios, dos furos e igarapés que compõem a Bacia Hidrográfica do Guamá (GOMES, 2015). Nessa região, a relação de proximidade entre quilombos e rios ocorre porque, no passado não muito distante, os leitos d'águas eram, praticamente, as únicas vias de tráfego nessa parte da Amazônia paraense. Mas, na contemporaneidade, devido ao modelo viário privilegiadamente adotado pelo Estado brasileiro; somado à proximidade com a capital; a alta densidade de territórios municipais no Nordeste do Pará; e o consequente grande número populacional da região, as estradas se tornaram o acesso mais comum aos quilombos e a quase toda e qualquer localidade da Microrregião do Guamá.

Na paisagem atual dos quilombos guamarinos, estradas e rios conduzem às estreitas faixas de floresta espremidas por fazendas de criação de gado e pequenas propriedades rurais. No caminho dos quilombos via estrada, principalmente em direção aos quilombos do Rio Inhangapi, e mais especificamente São Pedro, exatamente nos limites entre os municípios de Castanhal e Inhangapi, o que se vê são pastos a perder de vista em lugar da mata nas quais um dia já estiveram em pé muitas castanheiras e outras árvores frondosas, além de rica fauna, hoje ali extinta.

Dessa forma, limitada pelos pastos e pequenas propriedades rurais no vale formado por esse que é um dos principais afluentes do Rio Guamá, o Rio Inhangapi, está o Quilombo São Pedro, comunidade negra rural etnicamente diferenciada, composta por 47 famílias² que totalizam 180 pessoas, com as quais estive entre os anos de 2019 e 2021 a fim de realizar minha pesquisa de campo de mestrado. Naquela ocasião, meu propósito era compreender as articulações entre a territorialidade quilombola e algumas representações religiosas do pentecostalismo assembleiano nessa comunidade cuja maioria da população era evangélica, a saber, 51,1%, de acordo com o censo realizado por mim no ano de 2020 (MONTEIRO, 2021).

A compreensão de aspectos históricos da religiosidade local me conduziu à própria história da comunidade. Em campo, por meio de diálogos com os(as) participantes da pesquisa, percebi que muitas formas de religiosidade são cultivadas há muito tempo e somente recentemente foram reelaboradas pelo pentecostalismo evangélico presente na vida dos moradores há mais ou menos seis décadas. Por esse motivo, minha investigação acerca da história da religiosidade da comunidade demandou uma procura no passado mais remoto que me foi possível alcançar também a respeito da ocupação do atual território quilombola pelos

² O que chamo de família são grupos ligados por laços consanguíneos e/ou afetivos, esses grupos se dividem em vários núcleos familiares geralmente formados por um casal e seus descendentes e ainda os cônjuges de seus descendentes que convivem em uma mesma casa. A depender do contexto, com o termo “família” posso me referir aos grupos em sua maior dimensão (parentes de 2º ou maior grau) ou às suas partes, isto é, os núcleos familiares.

Da ocupação à formação do território quilombola São Pedro em Castanhal: Uma breve versão a partir de fontes orais

antepassados negros dos atuais moradores até os processos que levaram à reivindicação da identidade e demarcação do atual território quilombola junto ao Estado.

O material utilizado como base para a escrita deste artigo foi composto pelos relatos orais de nove moradores do quilombo (5% da população) que foram transcritos e registrados em cadernos de entrevistas. Os critérios de participação foram: 1) ter na memória algum dado a respeito das origens da comunidade; 2) aceitar conceder entrevista ao pesquisador; e 3) encaixar-se em um dos seguintes atributos distintivos: a) exercer papel de liderança no movimento quilombola (1 participante); b) exercer papel de liderança religiosa na comunidade (1 participante); c) ser reconhecido como um *griot* – contador de histórias do quilombo (1 participante); figurar entre os mais idosos da comunidade (6 participantes). A idade desses entrevistados variaram entre 46 e 98 anos e alguns se declaravam tataranetos, trinets, bisnetos ou netos dos fundadores dos sítios que atualmente conformam o território quilombola.

A fim de cumprir as normas e legislação vigente a respeito de pesquisa com seres humanos, e especificamente considerando fatores de risco, uma vez que há relatos críticos a respeito de fazendeiros e famílias de fazendeiros com as quais os quilombolas vêm se relacionando ao longo do tempo, os nomes dos participantes foram suprimidos e os poucos nomes citados são de pessoas que já faleceram ou de figuras públicas. Ao longo do texto, quando faço citação direta de alguma fala, identifico o participante pela alcunha “Participante A”, “B” e assim sucessivamente. Quando faço citações indiretas e/ou uso de informações dos relatos orais registrados nos cadernos de entrevista, aponto o caderno em que constam os dados citados. No total, trabalho com nove cadernos que correspondem individualmente a cada entrevista.

Com efeito, é importante dizer que neste texto não apresento a versão de cada um dos entrevistados, muito menos faço uma simples transcrição de suas memórias. A partir das entrevistas realizadas separadamente com cada um deles, formulei uma breve versão da história do quilombo em cumprimento ao objetivo que estabeleci para este escrito, a saber, a partir de fontes orais, tecer uma breve versão da formação do Território Quilombola São Pedro desde a ocupação empreendida pelos primeiros moradores negros até a atual disposição territorial demarcada e reconhecida pelo Estado brasileiro. Reconheço que a versão que ora apresento é uma entre outras possíveis e está condicionada pela natureza das fontes: memórias dos mais idosos e das lideranças.

Reitero ainda que apesar de versarem apenas sobre a formação do Território Quilombola (não abrangendo outros aspectos da vida da comunidade), os dados selecionados para este artigo foram gerados por ocasião de uma pesquisa maior composta por pesquisa de campo, censo demográfico e entrevistas. A pesquisa de campo teve como inspiração as prescrições de Malinowski (1978) e Wikin (1998)³, e seu resultado principal foi uma etnografia (MONTEIRO, 2021). No censo demográfico foram gerados dados socioeconômicos da comunidade; na observação participante experienciei momentos solenes e de lazer registrados em diário de campo; e nas entrevistas semiestruturadas os conteúdos em áudio foram gravados e posteriormente transcritos.

A opção pela redação de um registro historiográfico tecido a partir da oralidade de nove participantes do estudo foi motivada, em primeiro lugar, pela própria riqueza do material disponível. Em segundo lugar,

³ Minha inspiração em ambos os autores foi balizada pelas críticas dos teóricos pós-modernos sobre o trabalho de campo e a etnografia. Os trabalhos reunidos por Clifford e Marcus (2016) foram seminais.

Da ocupação à formação do território quilombola São Pedro em Castanhal: Uma breve versão a partir de fontes orais

pela escassez de material documental, uma vez que além de não ter encontrado muitos documentos que elucidassem a formação do quilombo, não tive acesso a um documento importante: o Livro da Freguesia da Sé de Belém, no qual as posses de terras da região guamarina estão arroladas. Possivelmente esse documento contém informações importantes concernentes à ocupação do território de São Pedro, mas, ao tentar obter acesso junto ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA), órgão responsável pela guarda do documento, não obtive êxito em tempo hábil. Por esse motivo, a análise do referido livro será realizada em uma outra oportunidade, junto com outros documentos, momento em que retomarei o tema da formação do território de São Pedro, mas, dessa vez, a partir de documentos.

Quanto à lida com a oralidade, guiei-me pelas orientações de Thompson (1998) a respeito da História Oral. Segundo o autor, apesar do historiador poder tomar a oralidade como sua fonte principal, de modo algum ele se restringe a ela. Na verdade, o trabalho historiográfico com fontes orais em muitos aspectos se assemelha bastante ao trabalho com documentos, pois o pesquisador sempre deve fazer a crítica do material reunido por meio da consideração dos vieses, além da comparação e do cotejamento com outros materiais que podem ser considerados evidências históricas elucidativas do período em questão, sejam essas evidências bibliográficas, documentais, iconográficas, arqueológicas, ou de qualquer outra natureza. Nas próprias palavras de Thompson: “quanto ao mais, os recursos para o historiador são as regras gerais para o exame de evidências: buscar a consistência interna, procurar confirmação em outras fontes, e estar alerta quanto ao viés potencial” (THOMPSON, 1998, p. 139).

Por esse motivo, inclusive como etapa de preparação para a realização de entrevistas, empreendi uma revisão temática da literatura a respeito do tema e do espaço geográfico de minha pesquisa, e, encontrei algumas abordagens teóricas que clarearam certas nuances da ocupação do território, a exemplo do clássico trabalho de Vicente Salles (2004) sobre a presença da população negra na formação da sociedade paraense e uma recente produção Souza Júnior (2012) na qual a exploração da mão de obra negra e indígena, na Amazônia do séc. XVIII, é analisada. E também foi por meio da revisão bibliográfica que encontrei uma menção a Inhangapi (“Paróquia de Enhangapi”) feita por Marin (2000) em referência ao já citado documento do Séc. XVIII, o Livro da Freguesia da Sé de Belém, no qual as posses de terras da localidade foram registradas.

O texto a seguir possui mais 4 seções. Na primeira delas formulo uma versão historiográfica da ocupação do território do atual quilombo São Pedro pelos primeiros moradores negros que se autolibertaram de engenhos das cercanias de Belém e, especialmente, de uma propriedade chamada Restauração. Em seguida, abordo as formas da posse da terra e alguns dos conflitos ocorridos antes da demarcação do território quilombola; após, abordo o processo de unificação dos antigos seis sítios no atual Território Quilombola São Pedro. Ao fim, encerro com algumas considerações finais.

No mais, lembro que sou antropólogo social, e peço escusas caso eu não consiga contornar, apesar de todo meu esforço, uma situação indicada por Lévi-Strauss (2012, p. 30) em um de seus clássicos livros: “quando etnólogos [antropólogos sociais] pensam estar fazendo história, fazem o contrário da história. E é quando creem não fazê-lo que se comportam como o fariam bons historiadores que estivessem limitados pela mesma falta de documentos”.

A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ATUAL QUILOMBO SÃO PEDRO PELOS PRIMEIROS MORADORES NEGROS

Na região do Rio Inhangapi, fração da Microrregião do Guamá, seis comunidades quilombolas se desenvolveram à beira dos cursos d'água: Macapazinho, Pitimandeuá, Itaboca, Cacoal, Quatro Bocas e São Pedro. De acordo com Mércio Pereira Gomes (2002), pesquisas historiográficas e arqueológicas a respeito da presença humana nessa região apontam que já no séc. XVI esses territórios eram habitados por indígenas tupinambás que viviam em toda a extensão entre o Rio Guamá (Nordeste do atual estado do Pará) e o Rio Turiaçu (no Noroeste do atual estado do Maranhão).

Quanto ao Rio Inhangapi (Figura 01), afluente do Rio Guamá, trata-se de um rio de planície, por isso, serpenteado e dotado de lenta correnteza. Suas águas, ladeadas por densa vegetação, são muito escuras e escorrem em um leito navegável em quase toda sua extensão, alguns pontos chegam a 15 metros de profundidade, mensuração que me foi informada por quilombolas que em um passado recente transportavam madeira por esse imenso desaguadouro⁴. No que diz respeito ao topônimo do rio, encontrei duas versões entre os participantes da pesquisa. Na primeira, o nome “Inhangapi” teria sido formulado pelos indígenas da região e significaria “Caminho de Anhangá”, que, em uma má tradução supostamente feita pelos missionários portugueses, significaria “Caminho do Diabo” / “Caminho de espíritos malfazejos”⁵.

De acordo com essa narrativa conhecida por poucos moradores de São Pedro, na época da invasão portuguesa, o Rio Inhangapi seria visto como área malfazeja pela população nativa. Mas, a despeito disso, e talvez por esse motivo (era uma prevenção contra possíveis ataques), foi escolhido como local propício para a formação de aldeamentos. À luz da literatura especializada, o que se sabe é que já no séc. XVIII a localidade constava como uma das seis paróquias rurais da Freguesia da Sé de Belém, a Paróquia de “Enhangapi”, conforme a grafia da época (MARIN, 2000).

Um dos nove participantes da pesquisa me indicou essa versão (Entrevistado B), e, durante meu convívio com os demais moradores do quilombo, percebi que ela era conhecida pelos indivíduos que compõem o ativismo do movimento quilombola em São Pedro, pois é mobilizada em manifestações de crítica aos discursos dos colonizadores sobre a vida dos colonizados. Tratar-se-ia de um exemplo de falácia de quem, dotado de poder, fala a respeito do que nada sabe, mas cujo *status* legitimava seu discurso, a despeito de ser um enunciado não razoável e/ou exotizante⁶.

A outra versão é amplamente aceita e conhecida pelos moradores da comunidade e faz referência à vegetação que cresce à beira do rio. Ocorre que em muitos pontos do Inhangapi crescem plantas chamadas de

⁴ Conforme dados contidos nos cadernos de transcrição referentes às entrevistas com os entrevistados E e I (MONTEIRO, 2020e; 2020i).

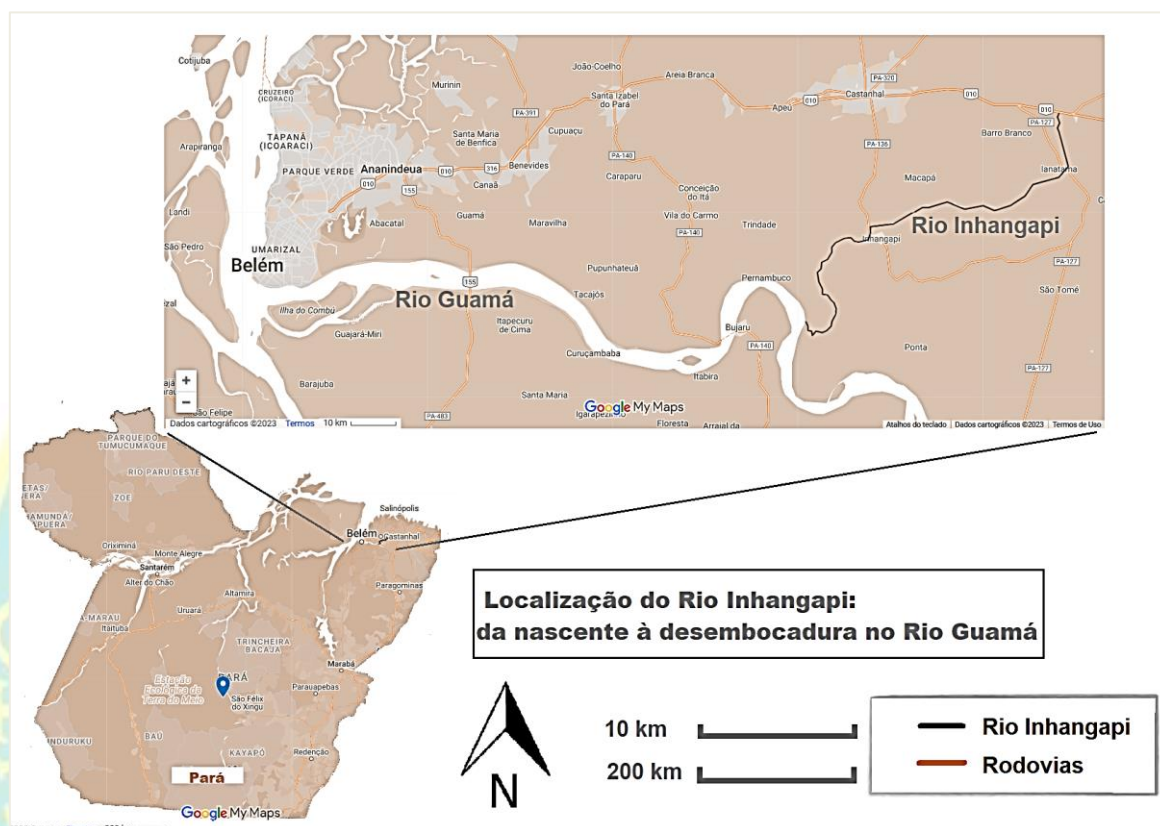
⁵ Conforme dados contidos no caderno de transcrição referentes à entrevista com o entrevistado B (MONTEIRO, 2020b).

⁶ Conforme dados contidos no Caderno de campo da pesquisa no Quilombo São Pedro do Bacuri (MONTEIRO, 2021b).

Da ocupação à formação do território quilombola São Pedro em Castanhal: Uma breve versão a partir de fontes orais

“aninga” (*Montrichardia linifera*⁷) que juntas forma grandes “aningais”. O nome do rio, também de origem indígena, faria referência, segundo essa versão, a essa planta e significaria “caminho de aningas” – “aningapi”⁸.

Figura 01: localização do Rio Inhangapi, Pará, Brasil.



Fonte: Acervo do autor in Google My Maps.

Na tradição oral⁹ dos quilombolas, a presença de negros no vale do Rio Inhangapi está ligada ao tráfico negreiro para a região e implementação da mão de obra africana escravizada nas propriedades locais. A esse respeito é razoável dizer que, à luz da literatura historiográfica, a intensificação do tráfico negreiro na Amazônia ocorreu após a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755. A partir desse momento, as adjacências de Belém que contavam com muitos engenhos e plantações, cuja força de trabalho era a mão de obra indígena, passaram a contar também com a mão de obra africana escravizada, sem qualquer dispensa da força de trabalho da população originária (VERGOLINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990; SOUZA JÚNIOR, 2012). Na memória dos moradores de São Pedro, o engenho Carapuru (nos limites do atual município de Santa Isabel do Pará) e o Engenho do Bom Intento (no atual município de Bujaru),

⁷ Informação botânica disponível em: https://ala-bie.sibbr.gov.br/ala-bie/species/324484?lang=pt_BR#overview. Acesso em 25 set. 2024.

⁸ Conforme dados contidos nos cadernos de transcrição referentes às entrevistas com os entrevistados A, B, C, E, G, H e I (MONTEIRO, 2020a; 2020b, 2020c, 2020e, 2020g, 2020h, 2020i).

⁹ Utilizo a definição de Vansina (2010, p. 140). Segundo esse autor, “a tradição oral foi definida como um testemunho transmitido oralmente de uma geração a outra”.

Da ocupação à formação do território quilombola São Pedro em Castanhal: Uma breve versão a partir de fontes orais

ambos nas redondezas do Inhangapi, são considerados os de maior importância frente à questão dos locais de origem dos antepassados escravizados. Contudo, isso não elimina a indicação de propriedade menores¹⁰.

Ao me debruçar sobre essa questão, lembrei-me de Inglês de Sousa que em um de seus escritos informa aos leitores que na Amazônia do final do séc. XVIII e início do XIX, “só” não tinha escravaria aqueles que “eram muito pobres para ter escravos” (INGLÊS DE SOUSA, 2012, p. 98). Contudo, de acordo com o senso de 1778, conforme Velloso (1998, p. 12), no contexto rural de Belém esse “só”, de Inglês de Sousa, dizia respeito à maioria da população, pois, nas paróquias rurais da Freguesia da Sé, 86% dos habitantes eram pobres, 12,5 % tinham uma renda mediana e apenas 1,5 % eram ricos.

Apesar de reconhecer a possibilidade de alguns de seus antepassados terem escapado de Caraparu e do Bom Intento, a propriedade apontada pelos participantes da pesquisa como principal epicentro de fuga de seus ancestrais é a fazenda Restauração, às margens do Rio Inhangapi. Entre os quilombolas existe a memória de uma senhora rica que é apontada como proprietária das terras que compreendem as atuais comunidades quilombolas do Vale do Inhangapi. Seu nome seria (Dona) Ana Maria, para quem um certo número de escravizados trabalhava em lavouras de mandioca e outras poucas culturas¹¹. Além de mim, essa versão foi registrada também por uma moradora da comunidade (RODRIGUES, 2018) e pela empresa Equatorial Energia (2019) em um relatório de impacto ambiental produzido por ocasião de um empreendimento no território. Segundo a tradição oral, a antiga propriedade de Dona Ana Maria media uma légua e um quarto de terra (aproximadamente 6 quilômetros de extensão), e sua casa-grande ficava em um lugar portuário, às margens do Rio Inhangapi, que seria a sede da Fazenda Restauração.

Ainda de acordo com os relatos coligidos, a existência da Fazenda Restauração sempre foi marcada pela fuga de escravizados que se embrenhavam no interior das matas e lá formavam seus sítios. Tempos depois de herdar a propriedade e seus respectivos bens móveis (dentre esses, os escravizados) e imóveis, Dona Ana Maria teria decidido retornar à Portugal para ali terminar seus dias. Pouco antes de sua partida, de acordo com Seu Honório, ancião respeitado da comunidade Pitimandeuá, e com quem os nove participantes de minha pesquisa concordam, essa abastada senhora teria alforriado seus escravizados, e mais: teria doado as terras para esses e determinando “em escritura que eles não poderiam vende-las e sim passá-las de geração para geração” (SEU HONÓRIO, apud EQUATORIAL ENERGIA, 2019, p. 9).

De Vicente Salles (2014) vem mais uma camada que pode ser agregada ao quadro narrativo das versões sobre a formação social dos quilombos do Inhangapi. Diz o autor que quando ocorreu a Cabanagem, em 1835, os engenhos das cercanias da capital paraense foram destruídos e a maior parte dos escravizados fugiram formando novas comunidades ou se juntando àquelas que já existiam há certo tempo no perímetro. Salles (2004) acredita que um dos lugares em que esses negros se estabeleceram foi o lugar hoje chamado de Pitimandeuá, no atual município de Inhangapi. Esse quilombo é um dos mais antigos e populosos dentre vários outros na bacia do Rio Guamá, e faz fronteira com o Quilombo São Pedro.

¹⁰ Conforme dados contidos nos cadernos de transcrição referentes às entrevistas (MONTEIRO, 2020a; 2020b, 2020c, 2020d, 2020e, 2020f, 2020g, 2020h, 2020i).

¹¹ Conforme dados contidos nos cadernos de transcrição referentes às entrevistas (MONTEIRO, Op. cit.).

Da ocupação à formação do território quilombola São Pedro em Castanhal: Uma breve versão a partir de fontes orais

Ao buscar entre os participantes da pesquisa uma memória relativa aos possíveis ancestrais que chegaram à localidade por ocasião das fugas da Cabanagem, encontrei apenas uma narrativa:

Minha tia conta que quando aconteceu a cabanagem, os escravos que fugiram vinham de canoa e paravam nos sítios dos brancos pra pegar as coisas [fazer saques]. Eles até malinavam [violentavam] com os moradores. Ela diz que, em um dos lugares que eles chegaram, a mulher tava fazendo mingau e eles bateram na mão dela com a colher de pau quente que ela usava pra mexer o mingau na panela. Todos eles se embrenharam nas matas e fizeram sítios (Entrevistado A, *sic*, 2020).

As narrativas permitem concluir que a ocupação do território do Inhangapi não diferiu muito de outros locais interioranos da Amazônia caracterizados por uma ocupação difusa, comumente sob a forma de sítios relativamente isolados, e que apenas recentemente assumiram o formato de vilas e povoados rurais¹². As evidências orais revelam que no passado, o que existiam eram muitos sítios que foram gradativamente se transformando em vilas à medida em que agregavam pessoas expulsas de suas terras por causa de lutas fundiárias, tal como detalharei a seguir.

Os sítios atuais, ou mesmo alguns daqueles que mais tarde se transformaram em vilas, possuem uma toponímia de causas variadas. No entanto, o mais recorrente é o recebimento do nome de seus fundadores (negros autolibertados / “fugidos”); nomes que faziam alusão a objetos e tarefas peculiares dos sitiantes; nomes em referência aos lugares onde eram formados e, de modo ainda mais comum, designativos religiosos que remetiam a santos de devoção dos fundadores e/ou de suas famílias. Por exemplo, na mesma área territorial referida, está Pitimandeuá que leva esse nome por causa do igarapé que corta o território, mas que agrega um epíteto religioso, “do Menino Jesus”, hoje pouco mencionado pelos que se referem à comunidade, mas que compõem o nome do local: Pitimandeuá do Menino Jesus. Outra comunidade é Quatro Bocas, povoado às margens do encontro de dois caminhos (quatro “bocas de rua”, como se diz nessa parte do Pará); e Itaboca, um povoado no meio de um tabocal (bambuzal)¹³.

O território de São Pedro foi formado a partir da junção de seis sítios: o Sítio Boa Sombra, que recebeu o apelido do negro autolibertado criador do lugarejo; o Sítio Si Bemol, cujo nome fazia alusão à expertise musical de seu fundador, um flautista; Pau Grande, que faz referência à ponte rústica de tora de árvore colocada sobre o encontro entre os igarapés Pitimandeuá e Bacuri, na entrada do sítio; São Benedito, em homenagem ao santo preto; São João em louvor ao santo de devoção da família e Livramento, em honra a Nossa Senhora do Livramento, venerada pelos ex-escravizados. Por conseguinte, alguns dos nomes dos fundadores dos sítios do atual Quilombo São Pedro são lembrados pelos mais velhos e, inclusive, já foram registrados por escritos em um documento produzido por dois moradores (RODRIGUES e RODRIGUES, 2015, s.p), seriam o “Sr.

¹² Lembro de Eduardo Galvão que nos anos 1950 escreveu que “o vale Amazônico é escassamente povoado [...] a população rural distribui-se em povoados, sítios ou “freguesias” de borraça, raramente contando com mais de duzentos indivíduos. Essas aglomerações geralmente convergem para um centro comercial, mais comumente, um barracão de seringalista, ou um pequeno comércio misto situado nas cidades. As comunidades estão relativamente isoladas umas das outras” (GALVÃO, 1953, p. 1).

¹³ Conforme dados contidos nos cadernos de transcrição referentes às entrevistas (MONTEIRO, 2020a; 2020b, 2020c, 2020d, 2020e, 2020f, 2020g, 2020h, 2020i).

Da ocupação à formação do território quilombola São Pedro em Castanhal: Uma breve versão a partir de fontes orais

Emiliano, Sr. Boa Sombra, Sr. João Pereira, Sr. Minervino, Sr.^a Maria da Conceição (conhecida por Vó Cota) – primeira parteira da comunidade, Sr. Simão, Sr. Dorico Pontes, Sr.^a Duquinha e o Sr. Coimbra”.

O processo de ocupação do atual território quilombola de São Pedro, bem como de todos os que compõem os territórios do Inhangapi, pode ser delineado do seguinte modo – e nisso a fala de todos os entrevistados coadunaram¹⁴: depois de escapar da escravidão em Caraparu, Bom Intento, outras propriedades e, quanto a São Pedro, destacadamente da Fazenda Restauração (processo que ocorreu durante todo o período escravista), os fundadores de sítios se embrenhavam na mata e seguiam pelos igarapés e furos de rio até encontrar lugares que considerassem seguros e apropriados para a fixação de moradia. Então, construíam nesses espaços os seus sítios e ali residiam com suas famílias. Na medida em que a família ia crescendo, os filhos dos patriarcas¹⁵ com seus respectivos núcleos familiares (esposo ou esposa e filhos) construíam suas residências próximas das casas de seus pais no mesmo espaço territorial – o sítio. Dentro dos sítios, as unidades básicas de ocupação eram (e ainda são) os lotes de terras de cada um dos núcleos familiares.

Dentro do território dos sítios, as famílias não tinham um lugar de ocupação fixa. De tempos em tempos, as casas construídas em taipa, madeira ou palha, eram desfeitas e reconstruídas em um local diferente dentro da propriedade. Essa dinâmica parecida, em certa medida, com a de algumas populações indígenas, como se pode ver no volume organizado por Ribeiro (1986), tinha como causa o estilo de vida e a economia dessas famílias: o roçado de coivara, a caça, a pesca e a coleta de certos produtos da floresta obrigavam o rodízio da área explorada conforme os nutrientes do solo e os recursos de fauna e flora diminuía. Essa é a versão contada pelos quilombolas.

No presente, essa dinâmica na ocupação não existe mais, pois o uso de insumos agrícolas industrializados no tratamento do solo, a construção de casas de alvenaria e a independência da economia em relação à agricultura e extrativismo fez as famílias se fixarem em locais permanentes¹⁶. Em São Pedro, mais especificamente na parte que correspondia aos sítios Si Bemol e Boa Sombra, isso permitiu o surgimento de um povoado inteiro às margens de uma única via terrestre ligada por estradas e ramais a outros nucleamentos adjacentes. Veja-se, por exemplo, a figura 02.

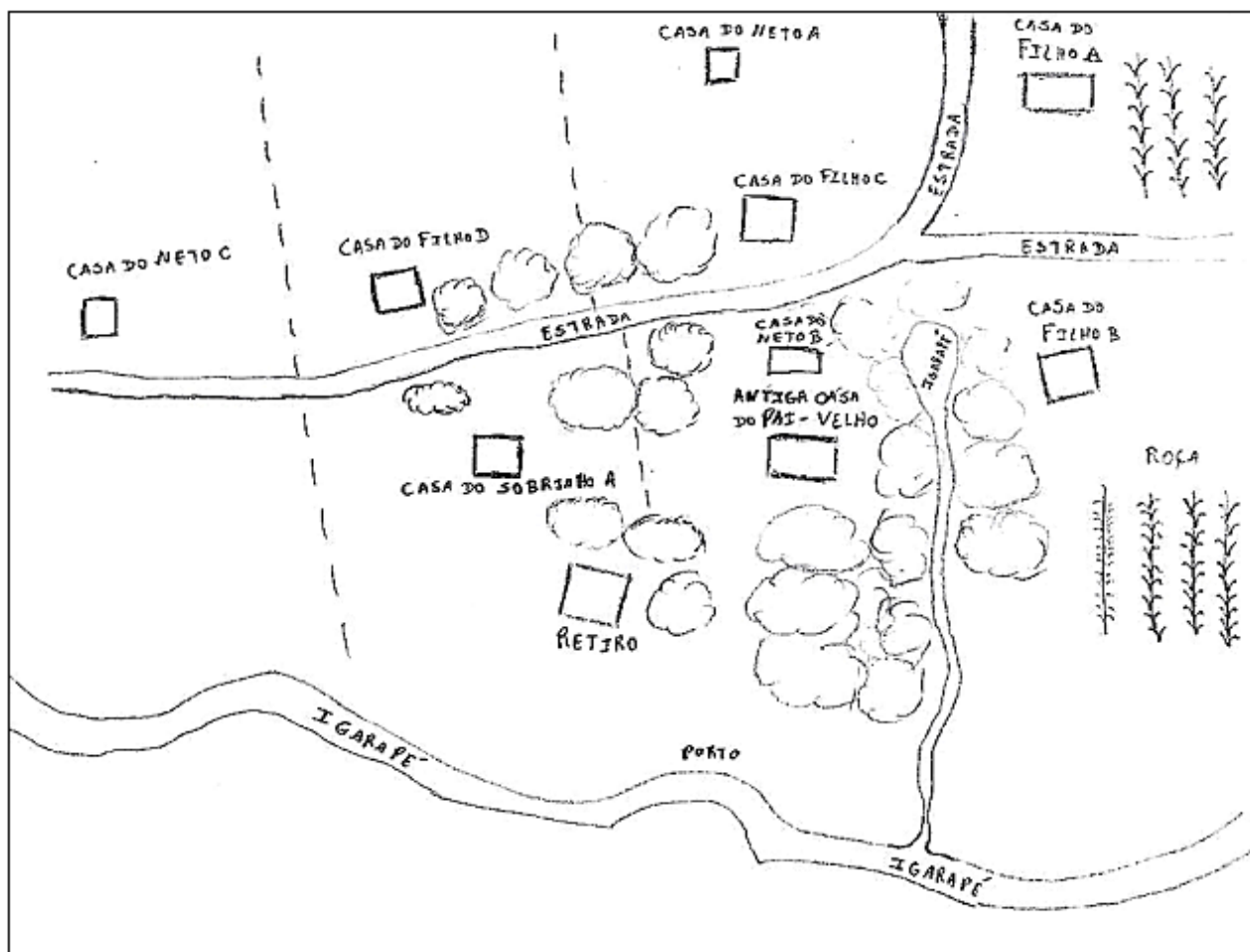
¹⁴ Conforme dados contidos nos cadernos de transcrição referentes às entrevistas (MONTEIRO, 2020a; 2020b, 2020c, 2020d, 2020e, 2020f, 2020g, 2020h, 2020i).

¹⁵ Homens ou mulheres mais velhas de uma linhagem familiar. que as vezes chamo de “patriarcas”, mas que eram e são chamados pelos quilombolas de “Pais-velhos” e “Mães-velhas”.

¹⁶ Conforme dados contidos no Caderno de campo da pesquisa no Quilombo São Pedro do Bacuri (MONTEIRO, 2021b).

Da ocupação à formação do território quilombola São Pedro em Castanhal: Uma breve versão a partir de fontes orais

Figura 02: Esquema de disposição de moradias na área central do Sítio Boa Sombra – croqui.



12

Fonte: Acervo do autor, 2020.

FORMAS DA POSSE DA TERRA E ALGUNS DE SEUS CONFLITOS ANTES DA DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Com base na tradição oral¹⁷, é lícito dizer que antes da demarcação do território quilombola, quando havia vários sítios separados e não um único território onde as pessoas se declaravam “quilombolas”¹⁸, tal como acontece no momento da escrita deste texto, a posse dos sítios ou lotes acontecia pelo menos de três maneiras: herança, doação ou compra. No primeiro caso, os filhos possuíam o direito de herança sobre um lote, esse direito costumava ser reclamado por ocasião de casamentos e uniões estáveis para a construção de moradia e roça do novo núcleo familiar, ou ainda diante do falecimento dos patriarcas da família. O tamanho do lote era decidido junto aos anciãos que chefiavam a família e seu território, o sítio. Havia casos em que os patriarcas decidiam doar lotes a parentes ou conhecidos, seja por caridade ou como pagamento por algum bem

¹⁷ Conforme dados contidos nos cadernos de transcrição referentes às entrevistas (MONTEIRO, 2020a; 2020b, 2020c, 2020d, 2020e, 2020f, 2020g, 2020h, 2020i).

¹⁸ Antes da unificação dos sítios em um único território autorreconhecido “quilombola”, os moradores dos sítios não se autoidentificavam por esse termo, mas apenas como “sitiantes” ou ainda “colonos”.

Da ocupação à formação do território quilombola São Pedro em Castanhal: Uma breve versão a partir de fontes orais

ou serviço prestado. Pelos mesmos motivos, os donos de lotes podiam desmembrar suas propriedades em lote menores e doá-los.

A compra também era realizada, e tanto os donos dos sítios quanto os donos de lotes podiam vender suas terras e comprar aquelas disponíveis. A venda chegou a acontecer até período recente, pouco antes da formação do atual território quilombola e sua principal instituição representativa, a Associação Quilombola de São Pedro, e esse é o motivo de algumas pessoas não aquilombadas¹⁹ residirem ainda não só no território de São Pedro, mas também nos quilombos vizinhos – processo de realocação dos não-quilombolas para áreas fora do território está sendo mediada pelos órgãos estaduais. Ademais, a respeito da comercialização da terra é preciso dizer ainda que foi um mecanismo amplamente usado por fazendeiros e posseiros para angariarem a propriedade dos antigos sitiantes. De modo semelhante ao que faz o mercado imobiliário nas cidades (ROLNIK, 2015), eles faziam pressão econômica sobre os quilombolas empobrecidos e adquiriam com facilidade e a preços baixos grandes áreas de terra.

Mas, os fazendeiros e posseiros também tinham outro meio para adquirir a terra dos sitiantes negros: o crime de grilagem e a pistolagem que, segundo o relato oral dos participantes da pesquisa²⁰, causou a destruição de lavouras e até mesmo o assassinato de donos de sítios. Dois casos são recorrentes na memória dos quilombolas: a perda de grandes áreas onde atualmente estão o Assentamento João Batista II e o Assentamento Cupiuba. Afirma-se que a primeira área teria sido pilhada pelo mal-afamado fazendeiro Domingos Rangel Filho, em meados dos anos 1980. Em Castanhal e região ele ficou conhecido pela prática da pistolagem, na condição de mandante. Abertamente ameaçava seus opositores que não raramente desapareciam ou eram encontrados mortos à tiros pelos ramais do Nordeste paraense.

Domingos Rangel é citado na obra “Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro”, de César Barreira (1998) porque além de ser um fazendeiro envolvido na pistolagem, durante muitos anos deu guarida e utilizou o trabalho de Miranda, personagem procurado pelas autoridades nacionais e conhecido por diferentes codinomes: Antônio Galego, Rato Branco, Toinho Galego e cuja fama nos anos 1980 era a de “o maior pistoleiro do Nordeste”.

De acordo com a memória dos quilombolas, a fim de roubar suas terras, Domingos Rangel soltava porcos para destruir as lavouras, matava os animais dos moradores; e, enquanto todos estavam na roça, os jagunços do fazendeiro derrubavam as casas dos sitiantes. Por vezes, lembram os mais velhos, Domingos Rangel vinha a cavalo com uma comitiva de capangas altamente armados e ameaçava de morte os moradores que não iam embora, e, aqueles que lhe resistiam, eram assassinados. Tais atos hediondos contra os

¹⁹ Aquilombar-se, ou, em outros termos, estar aquilombado, denota muito mais do que morar no território. A concretude social dessa categoria implica em adotar a identidade quilombola e se por em movimento (lutar por direitos que dizem respeito à identidade grupal). Bárbara Souza (2016, p. 123) diz que “‘aquilombar-se’ refere-se, portanto, às ações empreendidas por agentes sociais denominados como quilombolas frente aos antagonismos que se caracterizam de diferentes formas, e que demandam ações de luta ao longo das gerações para que esses sujeitos tenham o direito fundamental a resistirem e existirem com seus usos e costumes, em seus territórios tradicionais”.

²⁰ Conforme dados contidos nos cadernos de transcrição referentes às entrevistas (MONTEIRO, 2020a; 2020b, 2020c, 2020d, 2020e, 2020f, 2020g, 2020h, 2020i).

Da ocupação à formação do território quilombola São Pedro em Castanhal: Uma breve versão a partir de fontes orais

quilombolas são parte do extenso histórico de conflitos que deram origem à grande Fazenda Tanary, no Nordeste paraense.

Confirmando a versão dos quilombolas, ao falar sobre a origem do Assentamento João Batista II, assentamento que surgiu a partir da invasão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Fazenda Tanary, Barreto (2012, p. 65) diz que no processo de posse das terras de sua fazenda “este fazendeiro [Domingos Rangel] pressionava os colonos para desapropriação das terras ocupadas por estes. Os conflitos, muitas vezes, levavam à morte dos que resistiam à venda de lotes e/ou à saída da área”.

O segundo caso de pilhagem de terras quilombolas presente na tradição oral dos entrevistados²¹ é responsável pelo limite Norte de São Pedro pelo atual Assentamento Cupiuba, que também nasceu da ocupação do MST em terras de butim. Em meio ao contexto de colonização das margens da então nova rodovia BR 316, na década de 1960, a Família Espinheiro tomou posse de grande extensão de terra à beira dessa rodovia que, de acordo com o Estado brasileiro, estariam desocupadas. Porém, ao contrário do que considerava o Estado, essas terras há anos já eram habitadas por centenas de pequenos núcleos populacionais de sitiantes negros (atuais quilombolas) e esse fato teria sido totalmente ignorado pelos Espinheiros, de sorte que os antigos habitantes foram tratados como invasores pelos então “legítimos proprietários”. Espinheiro Gomes criou a Fazenda Cachoeira e, atestam os relatos orais²², ele teria dispensado aos quilombolas o mesmo tratamento dado por Domingos Rangel: ele destruiu seus roçados e casas, agrediu-lhes fisicamente e assassinou os que resistiram à expulsão.

A respeito de todos esses casos, considero importante observar que nos trabalhos que encontrei a respeito dos assentamentos Cupiuba e João Batista II nenhum marcador étnico-racial é mobilizado para se referir aos antigos sitiantes (BARRETO, 2012; GUILHERME JR., 2013; LUZ JUNIOR, 2011). Os habitantes vitimados pelos referidos fazendeiros são simplesmente chamados de “colonos” e suas origens são indicadas no desenvolvimento social ocorrido nas margens do Guamá e no Nordeste paraense, como se não tivessem sido espaços da Diáspora Africana.

A partir dos anos 1960 até a redemocratização, quando a colonização às margens das rodovias federais teve grande ênfase e quando a ideia de colonização da Amazônia visando ao progresso se tornou comum nos discursos políticos, os sitiantes negros da região do Rio Inhangapi (cuja nascente fica às margens da Rodovia BR 316) sofreram com as expulsões forçadas especialmente por causa da criação de fazendas. Nesse período, lembram os participantes de minha pesquisa, muitos sitiantes negros – os simplesmente chamados de “colonos” nos trabalhos acadêmicos citados – migravam para junto de seus parentes nos sítios maiores ajudando, assim, a formar as vilas e povoados com as dimensões atuais, a exemplo de Pitimandeu e Itaboca, ou ainda para outras áreas próximas que atualmente também são reconhecidas como quilombolas dentro dos limites territoriais do Município de Santa Isabel do Pará.

²¹ Conforme dados contidos nos cadernos de transcrição referentes às entrevistas (MONTEIRO, 2020a; 2020b, 2020c, 2020d, 2020e, 2020f, 2020g, 2020h, 2020i).

²² Conforme dados contidos nos cadernos de transcrição referentes às entrevistas (MONTEIRO, 2020a; 2020b, 2020c, 2020d, 2020e, 2020f, 2020g, 2020h, 2020i).

DE SITIANTES A QUILOMBOLAS: DEMARCAÇÃO E RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA SÃO PEDRO

Em condição semelhante à de todas as terras reconhecidas como quilombos no Brasil, até 1988 os moradores dos atuais quilombos da Região do Guamá não tinham qualquer prerrogativa legal sobre as terras que habitavam. O encontro entre essa situação, a grilagem de suas terras, a venda de terras e a migração contínua em direção às cidades em busca de melhores condições de vida fez o território dessas populações negras diminuir ano a ano.

No início dos anos 2000, algumas pessoas da comunidade cursavam o Ensino Médio, especificamente o magistério. Dentre eles, um morador, por atuar como docente na Educação Básica, teve que continuar estudando e fez um curso superior de Pedagogia. Em meio ao andamento dos estudos, conheceu o Programa Raízes, criado por meio do Decreto estadual 4.054 de 12 de maio de 2000, e que beneficiou comunidades tradicionais que foram alvo de várias ações (grupos de trabalho, estudos, publicações, eventos, etc.) visando a efetivação do direito constitucional de posse sobre suas terras. De acordo com as próprias palavras do governo, o Programa Raízes objetivava

Dinamizar as ações de regularização de domínio das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo e implantar medidas socioeconômicas, ambientais, culturais e de apoio às atividades de educação e de saúde que favoreçam o desenvolvimento dessas comunidades e das sociedades indígenas no estado do Pará (PARÁ, 2003, p. 3)

Além desse programa, o referido morador da comunidade também conheceu o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), o ITERPA, a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e, como diz ele²³, começou a se “inteirar” a partir de encontros, seminários e rodas de conversa, acerca de toda a herança histórica e direitos dos sítios e vilas de negros da Bacia do Rio Inhangapi a ponto de, a partir desse momento, tornar-se um ativista.

De acordo com o que foi possível saber em entrevista com esse militante e com os demais entrevistados, foi esse ativista quem disseminou entre familiares e amigos da redondeza o conhecimento a respeito dos direitos dos sitiantes negros, a quem a autoidentificação quilombola seria cabível, e, a partir daí, muitos passaram a ver na reivindicação da identidade quilombola a via de resolução dos conflitos fundiários e problemas sociais. Os relatos também informam que nos meses de janeiro e fevereiro de 2004, em reuniões da Associação dos Produtores Rurais da Agrovila Bacuri, localidade vizinha a São Pedro, três sitiantes do atual território de São Pedro se reuniram com o jornalista e advogado Emídio José Rebelo, presidente do Jornal Independente – veículo de imprensa do município – e advogado da Prefeitura de Castanhal na época (por coincidência residente do Sítio do Pica-pau Vermelho, vizinho dos sitiantes negros).

²³ Conforme dados contidos nos cadernos de transcrição referentes ao entrevistado B (MONTEIRO, 2020b).

Da ocupação à formação do território quilombola São Pedro em Castanhal: Uma breve versão a partir de fontes orais

Nessa conversa, Emídio Rebelo se comprometeu em publicar no Jornal Independente uma reportagem sobre a comunidade quilombola, a fim de ajudar nos esforços de organização comunitária e reconhecimento dos moradores pelas autoridades e sociedade castanhalense em geral. A publicação saiu dois anos depois, quando os sitiantes já tinham passado a se autodeclarar quilombolas (Figura 03). Esse foi um passo importante, pois a publicação foi a primeira a divulgar aos moradores de Castanhal a existência de quilombolas no município.

Então, os líderes das famílias dos sítios vizinhos ao do ativista abraçaram a identidade quilombola e no dia 13 de maio de 2005, em reunião na casa do Pai-velho Pedro Cirilo Rodrigues, foi decidido que os lotes correspondentes aos seis sítios (Pau Grande, Si Bemol, Boa Sombra, São João, Livramento e São Benedito) se uniriam a partir daquele dia em um único território que teria por nome Quilombo São Pedro do Bacuri (mais conhecido apenas por São Pedro). Nessa mesma reunião foi também fundada a Associação dos Remanescentes de Quilombos de São Pedro do Bacuri (AQSP), e, a partir daí, todos os moradores foram instruídos e passaram a se reconhecer e exigir o reconhecimento de quilombolas, e não mais a simples categorização colonos ou sitiantes.

Desde então, a comunidade passou a pleitear, junto ao Estado, o direito de propriedade definitiva sobre o território ocupado, a fim de fazer cumprir o que dispões o artigo 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Em 2007, a área foi demarcada e certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em portaria publicada no Diário Oficial da União em 16 de maio de 2007 (Portaria 51/2007). O território demarcado e reconhecido fica exatamente na fronteira entre Castanhal e Inhangapi, imediatamente ao lado da vila quilombola Pitimandeuá.

Figura 03: Publicação a respeito do Quilombo São Pedro, no Jornal Independente.



Fonte: RODRIGUES, 2018, p. 67

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto é uma produção de História Oral do gênero tradição oral. Para produzi-lo, coligi narrativas que remetem ao passado longínquo da ocupação do território de São Pedro e que se manifestam pela cultura e pela transmissão geracional na comunidade. Igualmente, nas mesmas ocasiões de entrevistas foram coligidas narrativas sobre acontecimentos historicamente recentes, refiro-me especialmente aos processos de unificação dos sítios em um único território quilombola, no ano de 2005, e, de maneira reconhecida pelo Estado, em 2007. Além de cumprir o objetivo proposto para o artigo, meu propósito secundário é fazer ecoar a voz dos quilombolas sobre a história da formação do seu território, por esse motivo, mais do que falar sobre eventos, preocupei-me em elaborar uma síntese de versões que foram apresentadas a mim, o pesquisador antropólogo. Versões essas totalmente imbuídas de intencionalidades e repletas de significados. Por causa disso, forneço uma imagem não exatamente do que as pessoas guardam na memória, mas sim do que eles querem apresentar aos não-quilombolas do que está guardado em suas mentes, e, é claro, em favor de uma versão que atende às suas necessidades e interesses no presente. Dentre esses, percebo, minimamente dois: 1) a necessidade de legitimar a histórica ocupação negra do território e garantir, assim, os direitos de posse; e 2) inserir-se no próprio processo de tomada de consciência das populações negras rurais via atuação de instituições do Movimento Negro (como o CEDENPA) e do Estado (a exemplo do ITERPA).

Exatamente por isso, a versão apresentada – que é uma possibilidade narrativa que tão somente organiza saberes contextualizados e interessados sobre um determinado momento do passado – não relata conflitos, disputas internas, instabilidades e processos de negociações entre os próprios quilombolas, acontecimentos esses bastante típicos da prática de ocupação territorial e de relações associativas. Esses fenômenos que certamente aconteceram na história da ocupação e formação do território de São Pedro foram filtrados pelo viés político dos participantes e inconscientemente combinados por eles a ponto de formar versões pessoais de uma só versão política e pública da ocupação e formação do território quilombola. E, foi essa versão que retratei aqui ao abordar a formação do território indo desde os antigos sítios de negros do Inhangapi até a unificação de seis deles no atual território quilombola de São Pedro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARREIRA, César. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- BARRETO, Alessandra Amâncio. *A mulher trabalhadora rural do Assentamento de Reforma Agrária João Batista II, em Castanhal – PA*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Belém: PPGSS / UFPA, 2012.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George. *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens; Editora da UFRJ, 2016.
- EQUATORIAL ENERGIA. *Relatório socioambiental resumido - componente quilombola das comunidades remanescentes de Castanhal e Inhangapi*: Comunidade de Remanescentes de Quilombo de São Pedro do Bacuri. Belém: Equatorial Energia, 2019.
- GALVÃO, Eduardo. Vida religiosa do caboclo da Amazônia. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 1-18, abr. 1953.

Da ocupação à formação do território quilombola São Pedro em Castanhal: Uma breve versão a partir de fontes orais

GOMES, Flavio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GUILHERME JUNIOR, José Antônio. *Reprodução camponesa em área de assentamento na Amazônia: um estudo no Assentamento João Batista II, Castanhal - Pará*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Belém: PPGeo / UFPA, 2013.

INGLÊS DE SOUSA, Herculano Marcos. *Contos amazônicos*. São Paulo, Martin Claret, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

LUZ JUNIOR, Raimundo Silva da. História e memória da formação do Bairro do Jaderlândia na cidade de Castanhal – Pará. In: ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. SÃO PAULO: ANPUH, 2011, p. 1-15.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e das aventuras dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII E XIX. *Papers do NAEA*, Belém, n. 153, p. 3-29, out. 2000.

MONTEIRO, Alef. *Cidadãos no céu, quilombolas na terra: um estudo sobre articulações entre crenças pentecostais e aspectos da territorialização de um quilombo amazônico*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Belém: PPGSA/IFCH/UFPA, 2021.

PARÁ. *Folder de apresentação do Programa Raízes*. Belém: Programa Raízes, 2003.

PEREIRA GOMES, Mércio. *O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

RIBEIRO, Berta G (Org.). *Suma etnológica brasileira I: etnobiologia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

RODRIGUES, Ananias Lima; RODRIGUES, Fernando Feitosa. *Formação histórica da Comunidade São Pedro no município de Castanhal, Nordeste do estado do Pará*. Monografia (Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, III Curso Sabres Africanos e Afro-brasileiros na Amazônia, Implementação da Lei 10.639/2003). Castanhal: UFPA, 2015.

RODRIGUES, Rosilândia de Souza. *Panorama da educação na Comunidade Quilombola São Pedro no município de Castanhal - PA*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Castanhal: FAPED / UFPA, 2018.

ROLNIK, Raquel. *A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SALLES, Vicente. *O negro na formação da sociedade paraense*. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SOUZA, Bárbara Oliveira. *Aquilombar-se: panorama sobre o movimento quilombola brasileiro*. Curitiba: Appris, 2016.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos*. Belém: EDUFPA, 2012.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História geral da África, I: metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 139-166.

VELLOSO, Euda Cristina Alencar. Estruturas de apropriação de riqueza em Belém do Grão-Pará, através do recenseamento de 1778. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth (Org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur napoleão. *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

Da ocupação à formação do território quilombola São Pedro em Castanhal: Uma breve versão a partir de fontes orais

WINKIN, Yves. Descer ao campo. In: *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas: Papirus, 1998, p. 129-156.

DOCUMENTOS

MONTEIRO, Alef. Caderno de campo da pesquisa no Quilombo São Pedro do Bacuri. Castanhal-PA, 2021b.

MONTEIRO, Alef. Caderno de transcrição: entrevistado A. Castanhal-PA, 2020a.

MONTEIRO, Alef. Caderno de transcrição: entrevistado B. Castanhal-PA, 2020b.

MONTEIRO, Alef. Caderno de transcrição: entrevistado C. Castanhal-PA, 2020c.

MONTEIRO, Alef. Caderno de transcrição: entrevistado D. Castanhal-PA, 2020d.

MONTEIRO, Alef. Caderno de transcrição: entrevistado E. Castanhal-PA, 2020e.

MONTEIRO, Alef. Caderno de transcrição: entrevistado F. Castanhal-PA, 2020f.

MONTEIRO, Alef. Caderno de transcrição: entrevistado G. Castanhal-PA, 2020g.

MONTEIRO, Alef. Caderno de transcrição: entrevistado H. Castanhal-PA, 2020h.

MONTEIRO, Alef. Caderno de transcrição: entrevistado I. Castanhal-PA, 2020i.

Texto recebido em: 13/03/2023
Texto aprovado em: 16/11/2024